

Ano I, Num 01  
Edição Julho – Dezembro 2010  
ISSN: 2179-6033  
<http://radioleituras.wordpress.com>

## A cidadania comunicativa na prática radiofônica do Movimento Sem Terra

Joel Felipe Guindani<sup>1</sup>  
Valdir Jose Morigi<sup>2</sup>

Artigo submetido em 21/07/2010 e aprovado em 19/10/2010

### Resumo

Este artigo busca investigar as especificidades de construção e exercício da noção de cidadania comunicativa a partir da prática radiofônica do Movimento Sem Terra (MST). O *corpus* empírico delimita-se no discurso de lideranças nacionais do MST sobre o 'fazer rádio' e na experiência da Rádio Terra Livre FM, emissora protagonizada por agricultores assentados na região Oeste de Santa Catarina. Realiza a fundamentação da noção de cidadania comunicativa e identifica-a, a partir da prática radiofônica do MST, nos complexos níveis de participação - que vão desde o 'dar voz ao sem voz' até os processos mais orgânicos e ampliados, como a atuação dos assentados na gestão e no desenvolvimento de políticas comunicacionais - no acesso à tecnologia, nas negociações políticas internas, nas estratégias e resistências à hegemonia político-midiática local, que sinalizam indícios de uma cultura democrática.

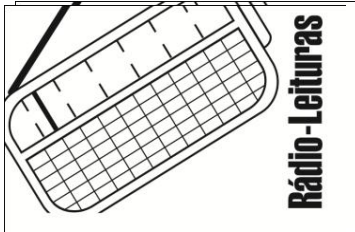
**Palavras-Chave:** Cidadania comunicativa; Rádio; Movimento Sem Terra

### 1 Introdução

---

<sup>1</sup> Doutorando em Comunicação e Informação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Mestre em Ciências da Comunicação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS-RS). E-mail: [j.educ@gmail.com](mailto:j.educ@gmail.com).

<sup>2</sup> Doutor em Sociologia pela Universidade de São Paulo (USP). Professor Associado I do DCI/FABICO e do PPGCOM/UFRGS. E-mail: [valdir.morigi@ufrgs.br](mailto:valdir.morigi@ufrgs.br).



## A cidadania comunicativa na prática radiofônica do Movimento Sem Terra

Joel Felipe Guindani; Valdir Jose Morigi

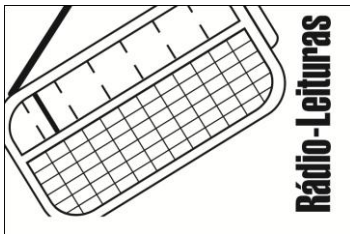
O Movimento Sem Terra é atualmente o maior movimento social popular organizado do Brasil e, possivelmente, o maior da América Latina<sup>3</sup>, tornando-se assim um indispensável campo a ser investigado para sabermos como vão se redefinindo os âmbitos, estratégias, políticas e os rumos da cidadania na sociedade contemporânea. No entanto, a amplitude, como a própria constituição das ações desse movimento social não podem ser refletidas distantes do comunicacional. A relevância da comunicação para o MST está compreendida na história, mas, sobretudo, no funcionamento de seus sites, blogs, jornais, revistas, vídeos, músicas e rádios. Relacionado ao comunicacional também estão as ações não midiáticas, como a simbologia icônica, gritos de ordem, celebrações culturais e místicas, festivais de música e poesia, cursos formativos sobre comunicação, documentos de comunicação dentre outros.

Mediante essa complexidade comunicacional protagonizada pelo MST, o objetivo deste artigo é compreender as dinâmicas de construção e exercício da noção de cidadania comunicativa especificamente a partir da prática radiofônica. A proposta é investigar a cidadania comunicativa tendo como *corpus* empírico o funcionamento da Rádio Terra Livre FM e o discurso de algumas lideranças nacionais deste movimento social sobre o 'fazer rádio' na história, como na atualidade. Algumas questões orientaram esta investigação: como se configura a prática da radiofônica do MST na construção da cidadania comunicativa? Quais dinâmicas e estratégias de comunicação utilizadas na prática radiofônica do MST?

A primeira parte deste artigo aborda sobre a noção de cidadania comunicativa, evidenciando os níveis diferenciados de compreensão que a constituem. Essa fundamentação também se constrói no debate, considerando outras concepções vigentes de cidadania. No segundo momento, a noção de cidadania comunicativa é articulada com o discurso de lideranças do MST sobre a prática radiofônica e com a ação dos comunicadores e ouvintes da Rádio Terra Livre FM.

---

<sup>3</sup>De acordo com Miguel Stédile, são mais de 350 mil famílias assentadas em vinte e quatro estados brasileiros. No primeiro semestre de 2010, foram registradas mais de 220 ocupações. Atualmente, há cerca de 900 acampamentos congregando mais de 150 mil famílias em todo o Brasil. Desde a sua existência, "[...] o MST pressionou o governo brasileiro a distribuir mais de 3,7 milhões de hectares entre seus membros, uma área quase do tamanho da Suíça" (CARTER, 2010, p. 39).



Este artigo foi construído ao longo dos primeiros meses – de janeiro a junho - do ano de 2010 e esteve ancorado na modalidade metodológica de Pesquisa participante<sup>4</sup>, sobretudo em entrevistas realizadas com dois integrantes do Setor Nacional de Comunicação do MST, cinco locutores, três fundadores e dois ouvintes da Rádio Terra Livre FM.

Identifica-se uma noção de cidadania comunicativa tecida a partir de complexos níveis de participação - que vão desde o ‘dar voz ao sem voz’ até os processos mais orgânicos e ampliados, como a atuação da comunidade na gestão e no desenvolvimento de políticas comunicacionais-, no acesso à tecnologia, nas negociações políticas internas, nas estratégias e resistências à hegemonia político-midiática local. Enfim, uma noção de cidadania comunicativa que, articulada com a prática radiofônica, potencializa estratégias para a solidificação de uma cultura democrática e emancipada.

## 2 Sobre A Noção De Cidadania Comunicativa

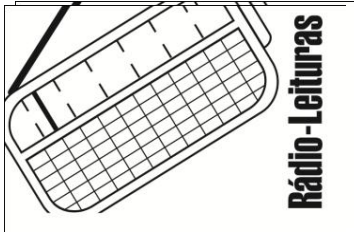
Maria Cristina Mata, professora e pesquisadora do *Centro de Estudios Avanzados, Universal de Córdoba, Argentina*, é a autora que nos dispõe não apenas a noção de cidadania comunicativa, mas os subsídios teóricos para sua compreensão, como a possibilidade de problematização a partir de outros autores e sujeitos do contexto investigado.

A noção de cidadania comunicativa pode ser compreendida como “[...] o reconhecimento da capacidade de ser sujeito de direito e demanda no terreno da comunicação [...], bem como ao exercício desse direito” (MATA, 2006, p.13, tradução livre). Conforme enfatiza a autora, a cidadania comunicativa condiz com a dimensão dos direitos civis, como a liberdade de expressão, o direito à informação e, especialmente à “[...] práticas tendentes a garantir os direitos no campo específico da comunicação (2006, p.13 – tradução livre).

A autora também nos alerta, que a compreensão da cidadania comunicativa requer uma abordagem complexa, pois existem diversas formas de participação e de intervenção cidadã no espaço comunicacional. Sendo assim, Mata (2006) cria uma tipologia, classificando

---

<sup>4</sup> Para Cicilia Peruzzo (2004, p.24), a Pesquisa participante diz respeito à “[...] presença constante do observador no ambiente investigado, para que ele possa ‘ver as coisa de dentro’; o compartilhamento, pelo investigador, das atividades do grupo ou do contexto que está sendo estudado de modo consistente e sistematizado – ou seja, ele se envolve nas atividades, além de co-vivenciar ‘interesses e fatos, para poder atingir o sentido de suas ações”.



## A cidadania comunicativa na prática radiofônica do Movimento Sem Terra

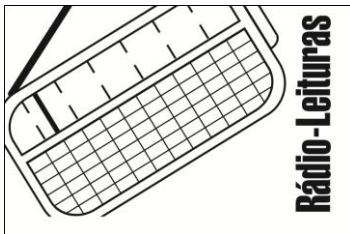
Joel Felipe Guindani; Valdir Jose Morigi

cidadania comunicativa e a sua prática em níveis diferenciados como: 'cidadania comunicativa formal', que diz respeito à dimensão jurídica, como os direitos assegurados legalmente; 'cidadania comunicativa reconhecida', identificada nos sujeitos que se dizem conscientes desses direitos; 'cidadania comunicativa exercida', reconhecida nas práticas sociais reivindicatórias desses direitos visando à ampliação dos mesmos; 'cidadania comunicativa ideal', caracterizando as postulações teórico-políticas e de expectativas de transformação social, de uma cultura democrática (MATA, 2005).

Mata (2005) também destaca as condições objetivas e subjetivas para o desenvolvimento da cidadania comunicativa. As condições objetivas correspondem aos "[...] dispositivos econômicos, políticos e culturais, que intervém de maneira direta no estabelecimento de um regime de direitos e o estabelecimento de modalidades comunicativas públicas em que tais direitos se expressam" (2005, p.3, tradução livre). As condições subjetivas dizem respeito "[...] aos significados compartilhados pelos integrantes da sociedade acerca dos direitos à informação e à comunicação" (2005, p.3, tradução livre), ou seja, às forças geradoras de inquietações, motivações e expectativas e que movimentam os sujeitos para a prática da cidadania comunicativa.

Outro ponto importante, que constitui a noção de cidadania comunicativa é o de que os sujeitos não se caracterizam apenas como público ou audiência dos meios, mas como cidadãos de direitos e deveres. Mata (2006) ressalta a necessidade de participação popular e problematiza o campo da comunicação e informação como espaço importante de intercâmbios simbólicos para a consolidação da cultura democrática.

O entendimento da noção de cidadania comunicativa também pode ser melhor compreendido a partir de outras concepções de cidadania vigentes. No Brasil, por exemplo, a cidadania tornou-se objeto de apropriação e disputa pelos setores dominantes da sociedade. Para o Estado, é preciso enquadrar o cidadão num estatuto jurídico, assegurado por dispositivos legais. De acordo com José Murilo de Carvalho (2007), esta noção de cidadania ancora-se na visão político-jurídica, que por sua vez solidificou-se, nos estudos de Marshall (1967), como a abordagem clássica ou tradicional. Esta perspectiva político-jurídica de cidadania também se caracteriza, para Evelina Dagnino (2006), como a cidadania concedida, do favor, onde o Estado se apresenta como constituinte e regulador. Esta realidade, expressa uma concepção autoritária oligárquica da política, caracterizada pelo favoritismo e pelos



mecanismos clientelísticos e tutelares. Para a autora, a cidadania concedida deve ser considerada como uma ausência de cidadania.

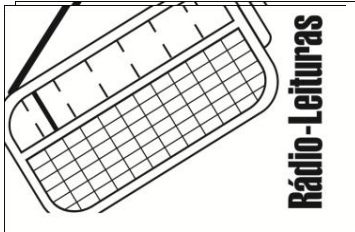
Como caracterizamos anteriormente, a cidadania comunicativa não desconsidera a validade dos direitos já assegurados juridicamente - cidadania comunicativa formal. No entanto, Mata destaca que a noção de cidadania comunicativa “[...] excede a dimensão jurídica e alude à consciência prática, à possibilidade de ação” (2006, p.13, tradução livre). Nessa perspectiva, a cidadania comunicativa adquire um sentido político, de estratégia e de necessidade do exercício para a ampliação desses direitos formais, instaurando-se, assim, como uma

[...] condição necessária para reverter, mediante a participação dos indivíduos na esfera pública e política, os crescentes níveis de exclusão econômica e social que existem em nossas sociedades e para consolidar um processo democrático (MATA, 2005, p.1, tradução livre)

Mata enfatiza a necessidade de se ultrapassar a visão político-jurídica de cidadania “[...] e entender a cidadania como a irrupção na esfera pública do excluído, do negado, do que manifesta o direito a ter direito” (2006, p.1, tradução livre). Quer dizer, esta redefinição da noção de cidadania [comunicativa] está relacionada ao contexto das lutas e práticas dos movimentos sociais, mesmo valendo-se da história previa dos direitos assegurados pela cidadania regulada.

Na abordagem de Dagnino (2006), a cidadania se configura a partir um duplo cenário e jogo de interesses entre forças políticas: de um lado um projeto participativo construído em torno da extensão e aprofundamento da democracia e, por outro, em resposta ao projeto neoliberal e sua correspondente configuração do Estado, que requer a redução de suas responsabilidades sociais. Isidoro Cheresky (2006) lembra que a ‘sociedade do mercado’, tanto a do trabalho como a do consumo, é um dos principais reguladores da cidadania no século XXI. A solução para os problemas de cidadania, de acordo com a visão neoliberal, apresenta-se como um dever moral de cada indivíduo, ou seja, a cidadania como uma responsabilidade individual e estritamente privada. De acordo com Dagnino (2006, p. 403), para a concepção de cidadania neoliberal,

[...] a luta pelos direitos se converteu agora em símbolo de atraso, um anacronismo, que obstrui o potencial modernizador o mercado [...] e os portadores de direitos de cidadania são os novos inimigos da nação, que se opõem as reformas políticas que buscam reduzir as responsabilidades do Estado [tradução livre].



## **A cidadania comunicativa na prática radiofônica do Movimento Sem Terra**

Joel Felipe Guindani; Valdir Jose Morigi

A noção neoliberal de cidadania não reconhece a possibilidade de mobilização social para a ampliação dos direitos, visto que os mesmos já se encontram prontos. Impossibilitam-se, assim, as alternativas de construção da cultura democrática pela participação popular.

Diferente da visão neoliberal, a perspectiva da cidadania comunicativa pode ser identificada com as experiências concretas dos movimentos sociais, que organizam uma estratégia de construção democrática e de transformação social, não estando assim, vinculada à estratégia de integração social por parte do Estado, do mercado e das classes dominantes. Ou seja, “[...] ela é uma estratégia para os “não-cidadãos.” (DAGNINO, 1994, p. 107). Mediante essas concepções de cidadania, de fundamento jurídico-político e neoliberal, que inibem as ações populares de construção e exercício da cidadania, constituem-se, paralelamente, forças alternativas de democratização social (GARRETÓN, 1995).

Com base nestas considerações teóricas, a seguir, descreveremos como se configura a prática radiofônica do Movimento Sem Terra e a experiência da Rádio Livre FM, a partir das suas condições e potencialidades na caracterização e ampliação da própria noção de cidadania comunicativa.

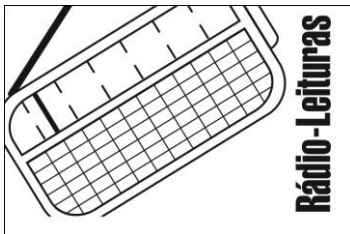
### **3 A Cidadania Comunicativa Na Prática Radiofônica Do Movimento Sem Terra E A Experiência Da Rádio Terra Livre FM**

Durante o 5.º Congresso Nacional do MST<sup>5</sup>, realizado nos dias 11 a 15 de junho de 2007, na cidade de Brasília-DF, foi confeccionada uma carta contendo os 18 compromissos a serem assumidos pelos seus militantes. Em um dos itens, lê-se:

Lutar para que cada assentamento ou comunidade do interior tenha seus próprios meios de comunicação popular, como, por exemplo, rádios comunitárias e livres. Lutar pela democratização de todos os

---

<sup>5</sup> É difícil estabelecer uma data específica para o surgimento do MST. Na literatura visitada, é consenso que as estruturas identitárias e fundacionais desse movimento se deram a partir da década de 70, período onde se intensifica a exploração capitalista no Brasil. A primeira ação do MST ocorreu na região de Ronda Alta, norte gaúcho no ano de 1979, quando mais de 300 famílias ocuparam as fazendas Macali Brilhante. No dia 25 de julho de 1981, dia do trabalhador rural, mais de 30 mil pessoas reúnem-se no acampamento Encruzilhada Natalino, no município de Sarandi (RS) “[...] solidificando o que conhecemos hoje por Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra” (STEDILE, FERNANDES, 1999, p. 22).



meios de comunicação da sociedade, contribuindo para a formação da consciência política e a valorização da cultura do povo.<sup>6</sup>

A crescente preocupação do MST com a prática radiofônica está relacionada a diversos fatores, demonstrando que a noção de cidadania comunicativa deve ser compreendida em sua complexidade e não apenas pelo viés econômico ou político, mas, sobretudo, pelo cultural (DAGNINO, 2006).

São dezenas de experiências radiofônicas realizadas no interior dos acampamentos e assentamentos durante esses 25 anos de existência do MST. No entanto, segundo Dirceu, integrante do Setor Nacional de Comunicação<sup>7</sup>, ainda não existe um estudo que contemple, com propriedade, o número de Rádios em funcionamento:

O problema é que nem o Movimento tem um controle sobre essa questão. Não sabemos bem certo quantas rádios do MST estão no ar. É sempre aquela de abre e fecha. Por cima, creio que existem hoje mais de 20 rádios, todas sem legalização, mas em funcionamento.

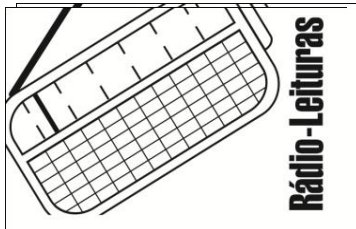
Este número pode ser ainda maior se considerarmos as experiências das rádios-poste, muito desenvolvidas na região Nordeste do Brasil. A rádio-poste, enfatiza Dirceu, “[...] é muito utilizada nos acampamentos, aí qualquer alto-falante erguido ajuda muito na organização e diversão do povo”. Percebe-se, que o acesso à tecnologia também se apresenta como um condicionante para a construção da cidadania comunicativa. Um simples alto-falante apropriado pela criatividade popular potencializa ações que, a partir de outros espaços, não seriam possíveis. No entanto, continua Dirceu, “[...] não é todo mundo que leva jeito para montar uma rádio. Isso, as vezes, é mais restrito para alguns; o rádio exige preparo também”.

Outra tradição do MST no campo da radiodifusão são os programas realizados em rádios comunitárias e comerciais. Na década de 80, do século passado, o MST realizou, por mais de 10 anos, um programa semanal na Rádio Aparecida AM: “[...] esse programa ajudou

<sup>6</sup> Carta do 5º Congresso Nacional do MST – 11 a 15/06/2007, Brasília-DF. Disponível em: <http://www.radiomundoreal.fm/rmr/?q=pt/node/22868>. Acessado em 10/07/2010.

<sup>7</sup> O Setor de Comunicação do MST é composto atualmente por coordenações em âmbito nacional e estadual. Para Miguel Stédile “[...] o setor de comunicação é pensado de maneira conjunta entre os coordenadores nacionais e estaduais. O setor nacional pensa as atividades de maior expressão, como os grandes meios. Já o povo mais ligado à coordenação estadual estaria mais atento aos problemas de comunicação nos assentamentos e, é claro, em seus estados.”





## A cidadania comunicativa na prática radiofônica do Movimento Sem Terra

Joel Felipe Guindani; Valdir Jose Morigi

muito na credibilidade do movimento. Ele tinha um alcance nacional”, mas resolvemos parar com ele, pois a direção [dessa emissora] estava querendo cobrar muito caro”, destaca Dirceu. Miguel Stédile, também integrante do Setor Nacional de Comunicação, comenta que

[...] em quase todas as regiões assentadas o MST tem algum envolvimento com as rádios da cidade, sejam elas comunitárias ou não [...]. Mesmo naquelas rádios que a gente sabe que batem em nós, se pudermos comprar o espaço a gente faz algum programa, sem problema algum.

Na cidade de Abelardo Luz<sup>8</sup>, o MST realiza dois programas semanais na Rádio Rainha das Quedas AM. O programa vai ao ar toda segunda-feira, e sua execução está sob a responsabilidade da Cooperativa dos Trabalhadores da Reforma Agrária de Santa Catarina, a Cooptrasc. Esse programa é utilizado como um informativo, abordando assuntos especificamente do mundo agrícola e da rotina da cooperativa. O outro programa, intitulado “Terra e vida”, é realizado pelo Setor de Estadual de Comunicação do MST há mais de doze anos. Estruturado nos gêneros comunicativos: informativo e musical, Dirceu evidencia que esse programa objetiva, principalmente, “[...] a elevação do nível cultural dos assentados”. Ainda destaca que,

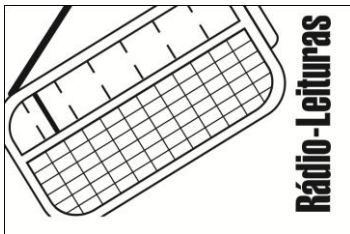
[...] no início houve muita censura para esse programa. Os donos da rádio sempre foram inimigos de classe, adversários políticos nossos. Inclusive houve uma época em que o dono da rádio exigia ouvir o programa antes. Não podia ser feito ao vivo e qualquer coisa aí ele cortava, censurava. Eles diziam que o programa não era feito com profissionalismo, mas no fundo era censura mesmo. Aí nós terceirizamos e compramos o horário com o patrocínio das cooperativas, postos de gasolina, loja de informática aqui da cidade.

A participação popular, um dos aspectos que caracteriza a cidadania comunicativa, rompe com os padrões hegemônicos de acesso ao espaço radiofônico. Da mesma forma, a compra do espaço para a realização do programa ‘Terra e vida’ indica que o modelo de comunicação local não se apresenta como democrático ou aberto para o exercício da

---

<sup>8</sup> O município de Abelardo Luz está localizado no oeste catarinense, a 574 km de Florianópolis. A história do município se confunde com os conflitos e discussões originados pela posse e demarcação das terras da região localizada entre os rios Iguaçu e Uruguai, nos fins do século XVIII. Nessa época, a área era habitada por índios Guaranis e Caingangues que, aos poucos, foram expulsos de suas terras por colonizadores gaúchos.





cidadania comunicativa. O programa “Terra e vida’ é realizado por Dirceu, mas também possibilita, esporadicamente, a participação de outros assentados da região: “[...] não são todos que participam, porque a gente prioriza mais o debate político nesse programa, já que é só uma vez por semana.”

Nessa direção, refletir sobre cidadania comunicativa, a partir desta experiência, requer considerar os cenários específicos em que ocorrem as negociações e as formas de participação, resultado dos debates e embates políticos que permeiam processos de negociação. Conforme lembra Souza (1990), os movimentos sociais também são atravessados pelas relações de poder, contradições de classe e de projetos de sociedade que disputam hegemonia em seu interior. Nesse processo, a cidadania comunicativa é identificada na prática radiofônica do MST, através do jogo ideológico e uso de estratégias de comunicação que dão visibilidade pública e de distribuição dos recursos simbólicos orientados por suas orientações políticas. Como salienta Dirceu,

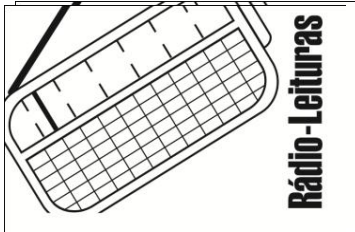
[...] quem participa desse programa deve saber divulgar para a sociedade que só a reforma agrária não basta. É preciso repartir também o monopólio da comunicação. Para isso o companheiro deve estar ligado e saber comunicar com clareza isso.

71

A noção de cidadania comunicativa relaciona-se à pluralidade de cenários e condicionantes que emergem desta prática radiofônica, que apresenta dinâmicas,

[...] tensões e disputas, assim como demanda lógicas de negociação em que a construção de processos comunicacionais de maior ou menor horizontalidade e/ou simetria depende das interações que se desenvolvem no exercício dessa institucionalização (COGO, 2006, p. 15).

De acordo com Stédile “[...] o primeiro objetivo desses veículos maiores [internet, jornal, revista, site, rádios] é informar conteúdos que interessam ao movimento e as nossas linhas políticas”. Nessa direção, devemos considerar que a prática radiofônica do MST também está voltada para a missão da conscientização política dos receptores, o que, em certa medida, pode se caracterizar como elemento tensionador para a prática da cidadania comunicativa. Como explica Dirceu, “[...] alguns de nossos meios tem por objetivo cumprir essa função de conscientizar e de elevar o nível político das pessoas e para isso existem algumas pessoas mais preparadas que outras.” Stédile também concorda que esta função ‘politizadora’ atribuída às



## A cidadania comunicativa na prática radiofônica do Movimento Sem Terra

Joel Felipe Guindani; Valdir Jose Morigi

rádios é o grande complicador para o processo de participação cidadã, visto que o direito de acesso é assegurado, primeiramente, aos sujeitos politicamente mais preparados.

No entanto, mesmo que a prática radiofônica seja considerada como instrumento político e/ou politizante, Stédile, citando o documento 'As Rádios do MST', comenta que outra preocupação central é possibilitar a participação livre e democrática: "Criar oportunidades para que o maior número de militantes participe de nossa comunicação; formando os comunicadores para os problemas do dia a dia de nossa base." (MST, 2005).

Nesse ambiente de negociação, a cidadania comunicativa pode ser identificada desde o 'dar voz ao sem voz' (sendo aqueles que, como afirma Stédile, "[...] vêm da extrema marginalização econômica, política e cultural") até os processos mais orgânicos e ampliados de participação, como os de atuação da comunidade na gestão e no desenvolvimento da prática radiofônica e das políticas comunicacionais.

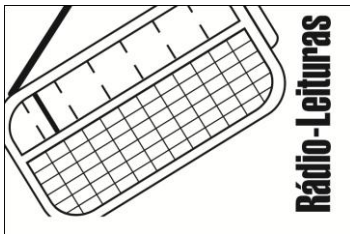
Na sequência, apresenta-se a experiência da Rádio Terra Livre FM, outro espaço privilegiado de visibilização e de concretização da cidadania comunicativa na contemporaneidade.

### 3.1 A Experiência Da Rádio Terra Livre Fm

A Rádio Terra Livre FM iniciou suas transmissões no início do ano de 1996, no município de Abelardo Luz: "[...] era o dia primeiro de maio, dia do trabalhador", comenta Ernildo, coordenador estadual do MST naquela época. Dirceu, também um dos fundadores, enfatiza que a rádio Terra Livre FM de Abelardo Luz foi a primeira experiência de rádio do MST no sul do Brasil.

No Brasil, a primeira experiência de rádio do MST foi no Ceará. Eles até foram premiados no ano de 1998. Depois houve em São Paulo outra experiência. Eu coordenava o setor de comunicação aqui em Santa Catarina e a Terra Livre foi a primeira experiência de rádio do Sul do Brasil. Logo mais, outros companheiros do Paraná e na cidade de Ulha Negra, no Rio Grande do Sul, abriram outras rádios com o mesmo nome de Terra Livre.

Terra Livre FM foi o nome escolhido por seus fundadores, afirma o locutor Fábio, justamente por simbolizar "[...] a luta do Movimento contra o latifúndio e a favor da libertação da terra para o povo sofrido". Maritania, outra fundadora e locutora da emissora, afirma que "[...] dar voz e vez ao povo sofrido foi a motivação mais presente no momento da fundação da



nossa rádio.” Nessa perspectiva, a origem histórica da rádio Terra Livre FM apresenta-se como argumento sólido e central de exemplo de prática da cidadania comunicativa: “[...] quando olhamos para o início, percebemos a questão da cidadania foi a coisa mais importante [...], cidadania, assim, de lutar contra essa burguesia que sempre maltratou a gente aqui”, recorda Maritânia.

A necessidade de se montar uma rádio sempre esteve presente nas discussões entre os primeiros assentados: “[...] são mais de mil e duzentas famílias reunidas por aqui e sem uma rádio a convivência do povo e a própria organização do movimento ficavam prejudicadas”, pontua Ernesto, apresentador do Jornal Terra Livre. Da mesma forma, lembra Dirceu, a motivação inicial em se montar a Rádio Terra Livre, deu-se, também, a partir do Movimento Sem Terra: “[...] a coordenação do movimento percebeu a necessidade de uma rádio nessa região assentada, principalmente para darmos voz às lideranças e para elevar o nível cultural dos assentados.”

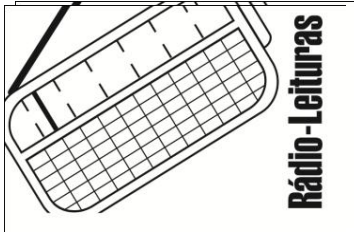
Com a aquisição de equipamentos, a Terra Livre FM iniciou a transmissão de conteúdos informativos para as mais de mil e duzentas famílias assentadas da região. No início, de maneira experimental, com alcance limitado a alguns metros de suas instalações e com uma programação somente musical, devido à inexperiência dos locutores, bem como às ameaças de apreensão dos equipamentos pela Polícia Federal. Como lembra Etelvino, um dos fundadores,

[...] no começo, a gente tinha muito medo. Para você ter uma ideia, qualquer coisinha a gente estava tirando a rádio do ar. Acho que desde noventa e seis até noventa e nove, nós fechamos umas cinco vezes a rádio. Sempre nessa resistência.

Após três anos, entre funcionamento e não funcionamento, os fundadores resolveram encerrar definitivamente as atividades, repassando a emissora para outro grupo. Dirceu comenta que

[...] entre 1998 e 1999 a polícia bateu, mas só avisou a gente. A gente deu um tempo, repensamos, pois já não tinha muita gente disposta a assumir. E a rádio não tinha outorga, mas depois de uns meses, outro grupo reassumiu. Esse novo grupo até fez uma rifa com a comunidade para pagar as contas atrasadas e também para iniciarem a construção, onde está até hoje a rádio.

Com o novo grupo na coordenação, a Rádio Terra Livre FM reabriu suas portas no dia 25 de maio de 1999.



## A cidadania comunicativa na prática radiofônica do Movimento Sem Terra

Joel Felipe Guindani; Valdir Jose Morigi

[...] no dia 25 de maio a rádio foi posta no ar; na semana de comemoração deste assentamento. Na época foi uma novidade que até muitos fizeram fila para falar de volta no rádio. Isso mexeu na autoestima da comunidade. Foi até um monte de gente comprar radinho novo na cidade.

As formas de resistência para o funcionamento da Terra Livre FM concretizam práticas de cidadania comunicativa, construída através da participação e organização coletiva. No depoimento de Ernesto, as formas democráticas de participação também podem ser reconhecidas nas motivações iniciais, que potencializaram a criação desta emissora:

[...] pra gente divulgar qualquer coisa aqui do assentamento era, naquele tempo, cinco reais por anúncio, isso era uma afronta para nós. Principalmente porque o dono da rádio da cidade sabia que éramos assentados. Isso foi revoltando a gente a ponto de criarmos essa rádio [...]. Para anunciar um falecimento de algum assentado sem condições de pagar eles não anunciavam. Sem contar que eles falavam o que bem entendiam. Cada problema que tinha aqui no assentamento o prefeito ia na rádio da cidade e acabava com a gente. Então a rádio se levantou aqui como uma coisa pra saciar essa necessidade que se tinha. [...] Depois de funcionando, muitas coisas nós conseguimos através da rádio.

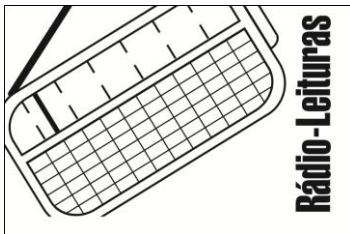
O Estado através de órgãos fiscalizadores tenta, a todo instante, controlar o funcionamento desta emissora. Na mesma proporção, as instituições políticas locais desqualificam, através dos veículos oficiais de comunicação, as ações do Movimento e a própria organização dos agricultores desta região.

O prefeito e outros políticos daquele tempo mataram a cooperativa da gente [...]. Eles também mataram a rádio junto na época. Tivemos vários problemas com a rádio por causa dessa política. Mas como a gente queria ter nossos direitos, inclusive o de poder se expressar, continuamos firmes, resistindo a cada dia essas humilhações.<sup>9</sup>

A cidadania comunicativa evidencia-se através destes depoimentos, que mostram a luta desses agricultores pelo direito a ter direito (DAGNINO, 2006), tanto aos direitos políticos quanto relacionados à cultura: “[...] essa rádio é fruto de uma luta grande contra os políticos daqui [...]. Junto disso vem a questão da elevação do nível cultural dos assentados, através da cultura que é importante para nossa organização”, salienta Dirceu. Este depoimento também

---

<sup>9</sup> Depoimento de Maritania, uma das fundadoras da Terra Livre FM



Ano I, Num 01  
Edição Julho – Dezembro 2010  
ISSN: 2179-6033  
<http://radioleituras.wordpress.com>

nos possibilita refletir sobre a cidadania comunicativa enquanto estratégia popular contra o modelo hegemônico de comunicação.

Sob um ambiente tenso e de resistência por parte dos agricultores, no mês de janeiro de 1999, a Rádio Terra Livre FM saiu do ar novamente. Sob forte perseguição política, as despesas com energia e manutenção dos equipamentos também foram aos poucos comprometendo o andamento da emissora. Etelvino, locutor na época, recorda que

[...] chegou um tempo que a gente não podia nem pagar o talão da luz da rádio. Nós agüentamos seis meses dividindo o talão da luz com alguns assentados, mas a situação estava ruim para todos aqui. Tivemos que fechar a rádio. Não tínhamos mais estruturas. Nesta época, não havia condições.

Para Terezinha, ouvinte da Terra Livre, o fechamento da rádio Terra Livre significou grandes perdas para a comunidade, principalmente os serviços de utilidade pública “[...] quando a rádio ficou fora do ar, aí que muita coisa foi pro ar. A gente não tinha mais como mandar os recados de reunião, avisos da cooperativa, das festas da comunidade.” Percebemos que o fechamento da emissora também causou forte interferência nos processos de participação cidadã, especialmente os relacionados ao desenvolvimento de atividades educativas culturais:

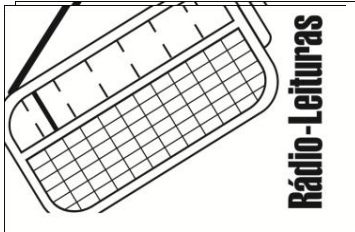
Se formos analisar, o maior prejuízo quando a rádio fechou foi para a juventude envolvida com as atividades do setor de cultura. A participação era total da juventude [...]; desde a organização das atividades com a comunidade, das formações e oficinas. Alguns deles foram trabalhar na rádio das cidades, mas sempre falavam que o negócio era bem diferente, pois não participavam em nada, só ficavam mandando música o dia inteiro [...]. Aqui, eles faziam a rádio funcionar<sup>10</sup>.

Após seis anos de interrupção, outro grupo de jovens resolveu retomar as atividades. A intenção era não apenas reativar a Terra Livre FM, mas também criar a Associação Cultural 25 de Maio. Esta associação, composta por lideranças do MST e por moradores de vários assentamentos da região, tornou-se um espaço comum para a realização de outras atividades. Para o locutor Fábio, a criação do Centro Cultural

[...] mexeu com a juventude, principalmente a rádio e a que colocamos internet. Muitos só ouviam ou sabiam o que era isso pela televisão ou nas vitrines das lojas. Sem falarmos da rádio, que era a coisa mais esperada pelo

---

<sup>10</sup> Depoimento de Dirceu.



## A cidadania comunicativa na prática radiofônica do Movimento Sem Terra

Joel Felipe Guindani; Valdir Jose Morigi

povo aqui. Montamos uns equipamentos bons, até eu fiquei muito mais animado para continuar a luta por aqui.

No Centro Cultural 25 de Maio, iniciaram-se as jornadas culturais, reuniões da comunidade e do Movimento, como os encontros de formação. Também, de acordo com Élen, uma das idealizadoras do projeto, foi possível “[...] adquirir um cinema itinerante, com equipamentos para rodar filmes nos assentamentos”. Essa experiência de mídia continua se desenvolvendo semanalmente nos assentamentos da região. Como relata Ernesto:

[...] o cinema itinerante foi uma coisa que até nós ficamos surpreendidos. Na maioria dos assentamentos nós montamos o cinema dentro da igreja ou do clube. Achávamos que viriam poucas pessoas, mas sempre lotou. Nem em dia de missa ou de festa na comunidade o salão fica tão cheio. Depois do filme a gente faz um debate com eles [...] Nós passamos os filmes do Movimento e outros sobre a nossa luta. A grande maioria se emociona, não tem como, pois isso mexe com a gente.

Através dos espaços e estratégias comunicacionais, os sujeitos se apropriam e aprimoram novos canais de expressão e de prática cidadã. Verifica-se nessas ações de comunicação alternativa um fator ativo e que possibilita novas formas de práticas dialógicas e democráticas. Em, 2007, por exemplo, quando a Rádio Terra Livre FM ainda estava fora do ar, os próprios assentados e algumas lideranças do Movimento Sem Terra se mobilizaram e, através de amplo debate, repensaram alternativas para a reabertura da emissora:

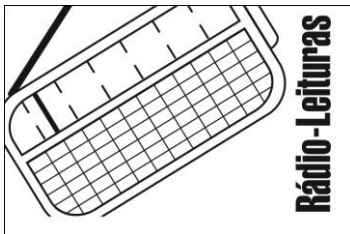
[...] na verdade o que apressou a gente a colocar a rádio no ar foi a mobilização da comunidade e das lideranças. Começaram as cobranças e aí tivemos que repensar as coisas. Muitos artistas dos assentamentos cobravam agente na rua. Foi aí que descobrimos a importância dessa rádio para o povo daqui.<sup>11</sup>

A rádio Terra Livre FM reabriu suas portas no dia 17 de fevereiro de 2008. Para Fábio,

[...] nesse dia, a gente podia ver na cara das pessoas a felicidade, principalmente aqueles que vinham aqui fazer o programa, cantar uma música, mandar um abraço para a família [...]. Eu sempre digo para o povo aqui que a rádio tem o poder de dar vida para muitas pessoas.

---

<sup>11</sup> Depoimento de Dirceu.



A ideia é compartilhada também pela jovem locutora Rosangela: “[...] com a rádio funcionando a vida aqui nos assentamentos se torna diferente. Isso não apenas para nós locutores, mas também para o povo que luta pela justiça e que está com a gente nessa luta.”

O coletivo de locutores e algumas lideranças locais construíram a grade de programação baseada em uma pesquisa junto às famílias assentadas: “[...] a nossa grande preocupação era a de não fazer uma rádio só para nós. Então fizemos uma pesquisa antes de colocarmos a rádio no ar”, salienta Adones. Da mesma forma, Fábio explica que: “[...] essa pesquisa era para se saber o que a comunidade esperava da rádio [...]. Buscamos ver qual o horário mais ouvido, que tipo de música eles mais gostavam.” Nesse aspecto, a prática da cidadania comunicativa é articulada com a voz dos ouvintes, que demonstraram preferência por conteúdos informativos e músicas. No entanto, a preocupação central foi ampliar a veiculação de conteúdos formativos e jornalísticos, que propiciassem uma crítica política, especialmente por meio do ‘Jornal Terra Livre’, conforme relata Ernesto:

[...] está certo que era o início, mas a rádio estava sendo oitenta por cento só música. Começamos a investir mais pesado em jornalismo. Foi difícil, pois a moçada não tem muito jeito pra isso, principalmente para achar notícias aqui nos assentamentos.

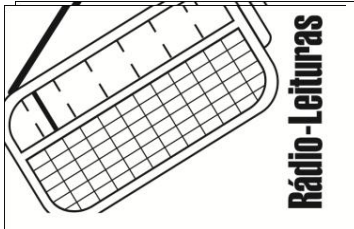
77

As formas de participação, que efetivam através da prática da cidadania comunicativa, como demonstra a experiência da Rádio Terra Livre FM, possibilitam a criação de caminhos alternativos para a discussão de temas de interesse coletivo ao mesmo tempo em que torna a rádio um espaço comum e dialógico voltado para os interesses da comunidade, fortalecendo os processos democráticos e o incentivo aos debates no espaço público. Para o locutor Adones os canais institucionalizados são limitados e até mesmo ineficientes ou inibidores para a participação popular:

[...] se não fosse a rádio, muitos assentados não teriam outra forma de falar sobre os problemas da nossa comunidade. O que se fala na rádio com certeza vale mais do que muitas reuniões que os vereadores fazem por aí; que muitos nem ficam sabendo de nada; isso quando acontecem.

Essa prática radiofônica é um espaço público discursivo, pois facilita a participação cidadã, motivando os sujeitos a manifestarem suas inquietações, reivindicações que de outra forma seriam inviáveis: “[...] aqui na rádio a gente pode expressar nossas opiniões tanto sobre os problemas dos assentamentos, como as questões das lutas do Movimento”, comenta





## A cidadania comunicativa na prática radiofônica do Movimento Sem Terra

Joel Felipe Guindani; Valdir Jose Morigi

Dirceu. A participação popular é outro elemento fundamental do funcionamento da Terra Livre FM. Embora as formas de acesso e participação se caracterizem de forma heterogênea, elas facilitam a resolução de problemas da realidade dos sujeitos que se comunicam:

[...] se fosse na rádio da cidade, eu duvido que eles deixariam a gente falar as verdades sobre os problemas do nosso assentamento [...]. Na verdade, a participação para os 'Sem Terra' sempre foi negada ou na base do dinheiro. Por aí você já pode ter uma noção de como a nossa rádio é boa para a nossa luta.<sup>12</sup>

Nesse sentido, a Rádio Terra Livre FM não se caracteriza apenas como um instrumento tecnológico, mas como um espaço possível de troca de experiências e compartilhamento de ideias que resultam em ações práticas, fundamentais para a construção da cidadania comunicativa. Segundo Ernesto,

[...] só morando aqui para saber o que tem mudado na nossa vida por causa da rádio. Sem dúvida, politicamente nós ficamos mais respeitados, sem contar na questão das festas e eventos que a rádio esteve presente, inclusive na cidade [...]; no desfile de sete de setembro nós puxamos a fila; na festa junina das escolas do município lá estava os assentados com a Terra Livre.

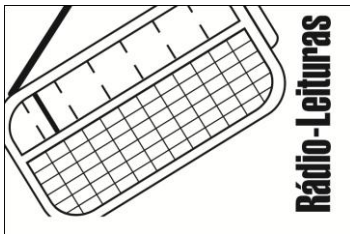
A prática da cidadania comunicativa possibilita o fortalecimento dos laços de pertencimento com a comunidade, ao mesmo tempo em que estes auxiliam o desenvolvimento de um espaço dialógico e democrático. Em vários relatos, percebe-se que a Rádio Terra Livre potencializa o reencantamento da participação política e cultural dos ouvintes e locutores, aspecto indispensável para a edificação de uma cultura democrática.

## 4 Considerações Finais

Como se configura a prática da radiofônica do MST na construção da cidadania comunicativa? Quais dinâmicas e estratégias de comunicação utilizadas na prática radiofônica do MST?

---

<sup>12</sup> Depoimento de Maritânia.



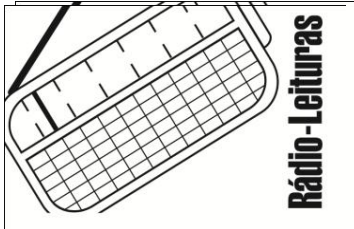
Na prática radiofônica do Movimento Sem Terra, a cidadania comunicativa está fortemente articulada ou configurada com a natureza da ação propriamente dita. Das formas ou níveis diferenciados de exercício discutidos por Mata, a 'cidadania comunicativa exercida' é a que melhor compreende a prática radiofônica do Movimento Sem Terra. No entanto, nesta prática radiofônica, a cidadania comunicativa é tecida a partir de níveis diferentes de participação dos sujeitos, que vão desde o 'dar voz ao sem voz' até os processos mais orgânicos e ampliados, como o de atuação na gestão e no desenvolvimento de políticas comunicacionais. Nessa perspectiva, o exercício da cidadania comunicativa caracteriza-se, em certos momentos, como objeto de negociação e de tensão. Tensão, pois não podemos compreender a prática comunicacional do MST dissociada da orientação ideológica e política, apoiada num projeto de sociedade transformador, que disputa espaço com visões de sociedade institucionalizadas e ideologias conservadoras de elites enraizadas em poderes locais instituídos oficialmente, que excluem a participação popular dos processos democráticos. Negociação, pois a intenção política atribuída à Rádio Terra Livre FM prioriza a participação de alguns militantes mais 'politizados' que outros.

O acesso à tecnologia radiofônica, enquanto instrumento político, espaço produtor e mediador de sentido, é fundamental para a construção da cidadania comunicativa do MST. É recorrente, nos depoimentos dos sujeitos entrevistados, a importância que a comunicação - especialmente a radiofônica - ocupa nas estratégias organizacionais e manutenção dos assentamentos desse movimento social. Na visão dos militantes, a tecnologia radiofônica apresenta-se como indispensável estratégia e bandeira de luta; um recurso prático e que potencializa canais de expressão democráticos.

Assim, a Rádio Terra Livre FM, como as demais atividades realizadas no centro cultural 25 de Maio, que apóiam e organizam estratégias comunicativas, dão visibilidade ao movimento, fortalecendo a participação democrática dos assentados, que em muitos momentos constitui-se em um único espaço de resistência e de contraposição à visão hegemônica de projetos políticos neoliberais, que no contexto observado, está fortemente articulada com o poder midiático local.

## Referências

CARTER, Miguel (org). **Combatendo a desigualdade social: O MST e a Reforma Agrária no Brasil**. Editora Unesp. São Paulo, 2010.



## A cidadania comunicativa na prática radiofônica do Movimento Sem Terra

Joel Felipe Guindani; Valdir Jose Morigi

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**. O longo caminho. 9ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

COGO, Denise; MAIA, João (orgs.). **Comunicação para a cidadania**. Rio de Janeiro: Eduerj, 2006.

CHERESKY, Isidoro. La ciudadanía y la modernidade inmediata. CHERESKY, Isidoro (Comp.) **Ciudadania, sociedad civil y participación política**. Buenos Aires: Mino y Dávila, 2006. P.61-108.

DAGNINO, Evelina. **Anos 90: política e sociedade no Brasil**. São Paulo : Brasiliense, 1994.

\_\_\_\_\_. **Concepciones de la ciudadanía em Brasil: proyectos políticos em disputa**, 2006.

GARRETÓN, Manuel. Democracia, ciudadanía y médios de comunicación: un marco general. In: ALFARO, María. **Los médios: nuevas plazas para la democracia**. Lima: Calandria, 1995.

MARSHALL, T. H. **Cidadania, Classe Social e Status**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.

MATA, Maria Cristina. Comunicación y ciudadanía: problemas teórico-políticos de su articulación. **Revista Fronteiras: estudos midiáticos**, São Leopoldo: Unisinos VIII (1): 5-15 jan/abr. 2006

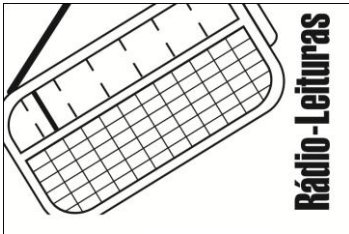
\_\_\_\_\_. **Condiciones objetivas y subjetivas para el desarrollo de la ciudadanía comunicativa**. Córdoba: Centro de Competência en Comunicación para América Latina, 2005)

MST 2005. **Documento: As Rádios do MST**, 2005.

PERUZZO, Maria Cicilia K. Da Observação Participante à Pesquisa-Ação no Campo comunicacional: Pressupostos epistemológicos e metodológicos; In: MELO, José Marques de; GOBBI, Maria Cristina (orgs). **Pensamento comunicacional Latino-Americano: da pesquisa-denúncia ao pragmatismo utópico**. São Paulo, SP: UMESP, 2004.

SOUZA, Luiz Alberto. Elementos éticos emergentes nas práticas dos movimentos sociais. Síntese – **Nova fase**, 1990, nº 48.

STÉDILE, João Pedro. FERNANDES, Bernardo Mançano. **Brava gente**. A trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil. São Paulo: Editora Fundação Percecu Abramo, 1999.



Ano I, Num 01  
Edição Julho – Dezembro 2010  
ISSN: 2179-6033  
<http://radioleituras.wordpress.com>

## Abstract

This paper investigates the specific construction and performance of the communicative citizenship concept over the practice of the Landless Movement (MST) radio. The empirical corpus limits on the discourse of the MST national leadership on the “doing radio” and the Free Land Radio FM’ experience, which is a radio station starring with local farmers in western Santa Catarina. Performs grounds of citizenship communicative notion, and identifies, among the MST radio practice, over all complex levels participation - ranging from the “give voice to the voiceless” to the more organic and extended process, as the performance of settlers in the management and the communicational policy development – over the access to technology, in internal negotiations policies, on the strategies and resistance to local hegemonic political-media, which indicates the evidence of a democratic culture.

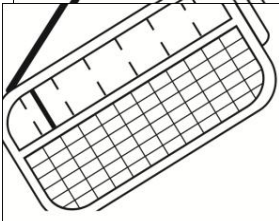
**Keywords:** Citizenship communicative; Radio; Landless Movement (MST).

81

## Resumen

Este artículo busca investigar las especificidades de construcción y ejercicio de la noción de ciudadanía comunicativa a partir de la práctica radiofónica del Movimiento Sin Tierra (MST). El *corpus* empírico se delimita en el discurso de los líderes nacionales del MST sobre el ‘que hacer radio’ y en la experiencia de la Radio Tierra Libre FM, emisora protagonizada por agricultores asentados en la región Oeste de Santa Catarina. Realiza la fundamentación de la noción de ciudadanía comunicativa y la identifica, a partir de la práctica radiofónica del MST, en los niveles complejos de participación – que van desde ‘dar voz al sin voz’ hasta procesos más orgánicos y ampliados, como la actuación de los asentados en la gestión y en el desarrollo de políticas comunicacionales – en el acceso a la tecnología, en las negociaciones políticas internas, en las estrategias y resistencias a la hegemonía político-mediática local, que señala indicios de una cultura democrática.

**Palabras-Clave:** Ciudadanía comunicativa; Radio; Movimiento Sin Tierra



**Rádio-Leituras**

## **A cidadania comunicativa na prática radiofônica do Movimento Sem Terra**

Joel Felipe Guindani; Valdir Jose Morigi